

Comércio acha compulsório injusto

Rio - O presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), empresário Antonio Oliveira Santos, em mensagem ao presidente em exercício Aureliano Chaves, disse que o Decreto-lei 2.047/83 — empréstimo compulsório — além de injusto, "é inconstitucional".

Oliveira Santos informou que tal afirmativa foi levada pessoalmente ao conhecimento do

Presidente da República em recente audiência concedida aos líderes empresariais, no Palácio do Planalto. A receptividade para o problema, demonstrada na ocasião por Aureliano Chaves, motivou agora o expediente da CNC, elaborado com o duplo propósito de evidenciar a inconstitucionalidade que vicia o decreto 2.047/83, mas oferecendo, ao mesmo tempo, a alterna-

tiva que, sanando o vício, restauraria além da constitucionalidade, a justiça.

O presidente da CNC manifestou ao presidente Aureliano Chaves sua esperança de que, "a conta de suas festejadas tradições de amor" à legalidade, o País terá restaurado os princípios de juricidade e justiça, nessa importante relação de vida.